

CONIC SEMESP

16º Congresso Nacional de Iniciação Científica

TÍTULO: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

CATEGORIA: CONCLUÍDO

ÁREA: CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

SUBÁREA: PEDAGOGIA

INSTITUIÇÃO: CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGÜERA

AUTOR(ES): BRUNA DA SILVA FERREIRA

ORIENTADOR(ES): ELKA PACCELLI SCHERMA

COLABORADOR(ES): SIMONE CRISTINA BOLDRIN DEZANI

Realização:



Apoio:



Educação e diversidade práticas pedagógicas

Resumo

O presente trabalho apresenta uma forma de promover a equidade com a valorização da diversidade étnica e respeito aos gêneros em decorrência do preconceito e problemas com estereótipos e bullying nas séries iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que, sendo trabalhados precocemente acredito colaborar para ajudar a diminuir todo o tipo de intolerância, favorecendo o desenvolvimento global da criança. Este texto tem por objetivo auxiliar na busca da identidade que está intimamente ligada ao meio muito mais do que pela genética, partindo da premissa que o sujeito é um ser sociocultural, fomentar as relações culturais promovendo valorização da diversidade no âmbito escolar, propiciando respeito, reconhecimento e conhecimento, assim como, à partir de pesquisa bibliográfica, com a revisão da literatura a respeito do tema a ser desenvolvido sendo um norteador para o educador mudar sua prática educativa.

1- Introdução

Na escola o sujeito passa uma boa parte de sua vida, em vista disso, um grande problema é a violência escolar que é um caso muito maior que a indisciplina do aluno, pois segundo Tognetta (2012) o bullying é uma forma de violência entre crianças, entre adolescentes há outra coisa que caracteriza o bullying, os espectadores há sempre que ter um público que assiste as agressões.

Assim como acontece na tragédia grega, o bullying também é constituído de personagens e enredos, que nos despertam terror, compaixão e empatia. No entanto, de forma diversa, felizmente, o bullying pode ser identificado, combatido e enfrentado por todos que heroicamente lutam para mudar o rumo dessa história. (SILVA, 2010, pag.37)

De acordo com Silva (2010), as consequências do bullying escolar são as mais variáveis possíveis e dependem muito de cada indivíduo, da sua estrutura, de suas vivências, da predisposição genética, da forma e da intensidade das agressões.

Portanto o presente trabalho apresenta uma forma de promover a equidade com a valorização da diversidade étnica e respeito aos gêneros em decorrência do preconceito e problemas com estereótipos combatendo um futuro bullying no Ensino Fundamental, uma vez que, esses tópicos sendo trabalhados precocemente, ajudam a diminuir todo o tipo de intolerância, favorecendo o desenvolvimento global da criança e sua criticidade como cidadãos de direitos.

Neste mundo ser único é um desejo e uma necessidade humana, desenvolver uma identidade pessoal é uma experiência adquirida e construída socialmente. Nesse contexto, sabendo que nossa ligação com o meio e sociedade é muito importante e a escola como um ambiente social, como disse Aristóteles “*o homem é um ser político*”, pois o ser humano depende da vivência em comunidade para se formar culturalmente.

Por sua vez, ser um bom professor é ensinar, educar, ter técnica, eficiência, é ajudar seu aluno, além dessas qualidades, vocação e competência precisamos de mais compreensão, para trabalhar com questões de gênero, preconceito e conteúdos étnicos racial, ou seja, um trabalho sendo bem executado na base os alunos terão mais respeito às diferenças.

Em virtude da LDB (1996) ter considerado a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, proporcionando mais respeito a criança que hoje é vista como um sujeito histórico de direitos, inserido em um contexto cultural. A valorização da educação infantil tem sido construída pelos bons profissionais, portanto, ensinar educação étnico racial, estereótipo e sobre o preconceito devem estar inseridos na postura e atitudes do profissional e deve ir além do currículo e dos temas transversais proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Para se criar é necessário uma tensão ou um conflito interno ou externo, passei por ambas, com experiências de sala de aula tanto no Ensino Fundamental quanto na Educação Infantil. Estagiando observei a necessidade de abordar as questões étnicos raciais e gêneros para diminuir o preconceito. Nesse movimento e a partir destas questões que permeiam minhas memórias de estudante onde apliquei um projeto da UFSCAR e pesquisando, a pertinência desta discussão se justifica, pois cremos que somente as crianças maiores tem problemas com auto imagem, aceitação, gêneros, preconceitos raciais, todavia, como afirma Candau (2005) para que possa oferecer espaços

e tempos de ensino e aprendizagens significativos e desafiantes para os contextos sociopolíticos e culturais atuais e as inquietudes de crianças e jovens. Como uma criança tão pequena pode desenvolver tanto preconceito? E o que eu poderia fazer para ajudá-lo? Essas perguntas me mobilizam de tal forma que passei a realizar um trabalho com a sala, e a estudar as literaturas sobre o assunto.

A minha intenção é a valorização das diferenças, este trabalho além de sua colaboração científica ele tem sua importância social respeitável e igualitária.

O objetivo principal é auxiliar nessa busca da identidade que está intimamente ligada ao meio muito mais do que pela genética, fomentar as relações culturais promovendo valorização da diversidade no âmbito escolar, propiciando respeito reconhecimento e conhecimento.

Promover a equidade e fornecer variáveis de acordo com os fatores decorrentes do preconceito.

Verificar com base nas bibliografias estudadas para compreender os impactos mais importantes tanto para a criança em formação quanto para os profissionais.

Abordar os aspectos levantados no objetivo anterior fazendo uma ligação entre o comportamento do docente e a cultura inserida no âmbito escolar.

O projeto primeiramente irá analisar as questões da estrutura organizacional fazendo uma ponte entre o passado e o presente a partir de estudos da literatura, e no segundo capítulo o enfoque será nas mudanças do mercado varejista e por fim serão estruturados os impactos e consequências decorrentes das transformações realizadas pelas organizações.

Neste trabalho foram feitas pesquisas bibliográficas e a aplicação do projeto identidade e corporeidade da UFSCAR relatada aqui algumas experiências, dessa forma, fui tecendo esse texto com abordagem qualitativa e dialética de maneira a abranger o contexto escolar em sua contemporaneidade, primeiramente analisando as questões de gênero, estereótipos e educação racial a partir dos dados coletados. Norteando uma direção para o educador lidar com essas questões tão complexas. Primeiramente, irei traçar um panorama a respeito dos gêneros, relação étnico racial e estereótipos, em

segundo lugar a ação afirmativa e os diversos currículos, por último as reflexões sobre a prática pedagógica e o projeto norteador desse trabalho.

DESENVOLVIMENTO

O cenário Brasileiro no contexto dos gêneros, relação étnico racial e estereótipos.

Fundamentalmente, a sexualidade não pode estar separada do gênero, mas também não se deve reduzir-se a isso, como esclarece Carvalho (2009, p.91) a primeira definição utiliza gênero como oposto e complementar de sexo, como aquilo que é construído socialmente em oposição ao que seria biologicamente dado, uma segunda definição de gênero mais recente, não o opõe a sexo, mas inclui a percepção a respeito do que seja sexo dentro de um conceito socialmente elaborado de gênero, uma vez que assume as próprias diferenças entre os corpos são percebidas sempre por meio de codificações e construções sociais de significado.

Em contrapartida a distinção de gênero está enraizada na cultura escolar, Nicholson (1994, p. 79) diz que se o corpo é ele próprio sempre visto por meio da interpretação social, então o sexo não é uma alguma coisa separada do gênero, mas, ao contrário, é algo subsumido no gênero.

A etnia aqui subentende se por um determinado povo que tem uma homogeneidade de cultura e a raça como um contexto biológico, como afirma Gomes (2011), com a interpretação dos movimentos Negros e estudiosos na extensão das relações raciais, a *raça* aqui é percebida como uma construção social e histórica. Portanto, alcançar o reconhecimento e conhecimento das tradições afro descendentes são de suma importância pois, segundo o senso 2010, em dados mais atuais temos 43% da população é parda, 7,6 % são pretos e branca 53% em outras palavras afro e descendentes compõe boa parte da população Brasileira segundo a estatística apresentada quase que igualitária em termos numéricos.

Inerentemente, a tradição européia e americana, enraizada na nossa sociedade e a falta de informação faz com que deflagrem os preconceitos por falta de conhecimento onde se configura os problemas com os estereótipos faço minhas as palavras de Moreira e Candau (2003: 161):

A escola sempre teve dificuldades em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais

confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, ao abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui um grande desafio que está chamado a enfrentar.

É dentro dessa perspectiva que as crianças vivem inseridas, dentro de um contexto histórico e social que se expressa seja falando ou com as atitudes, a escola e o docente a cada minuto se cala diante da diversidade devido a sua complexidade.

Culturalmente as pessoas são segregadas por categorias que em nossa mente fazemos essa distinção o tempo todo e automaticamente sem nem mesmo ter a perspicácia, ou seja, o entendimento de que o estereótipo se configura por essa divisão de grupos decorrentes da aparência, religião e etnia por exemplo. Nesse contexto, na escola não é diferente por ser um local onde não prevalece homogeneidade é onde mais coincidem os preconceitos decorrentes dessa categorização.

O preconceito é um ato concebido ou imposto pois, muitas vezes ele acontece sem nem mesmo termos o conhecimento que o temos, portanto, o olhar crítico a nossas atitudes incide na construção da identidade e subjetividade dos alunos da educação infantil.

Em contrapartida as ações afirmativas que tornou obrigatória o ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena vieram para sanar uma dívida histórica, tanto a lei de cotas quanto o currículo educacional vieram da necessidade de reconhecimento de direitos, até então, negado em sua subjetividade.

Na íntegra a Lei 9.394/96 modificada pela Lei 10.639/03 e alterada pela lei 11.645/08, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos,

tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.(Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República).

O conceito de raça surgiu em meados do séc XVI e era utilizado para identificar um grupo ou categoria comum. (Heilborn, Araújo e Barreto, 2010, p.71), nesse contexto do século XVI, a raça era tida como uma categoria biológica, na qual as diferenças raciais eram dadas de forma ontológica, ou seja, cada raça possuía natureza própria que a diferenciava das demais de forma irreduzível. Em outras palavras, não havia liberdade individual dentro das premissas raciais; as características psicológicas, sociais e até de caráter estavam submetidas as características que definem o grupo de modo que o indivíduo estava submetido às características (boas ou ruins) de sua raça.

(Heilbonr, Araújo &Barreto, 2010,p.12)

Dentro do próprio imaginário Brasileiro é peculiar vivermos o preconceito velado ou o dito “*mito da democracia racial*”, em decorrência disso, a dificuldade de viver uma sociedade mais igualitária, pois não nos assumimos preconceituosos.

A crença apriorística de que a sociedade Brasileira é exemplo de democracia e inclusão racial e cultural faz com que a demanda do trato pedagógico e político da questão racial seja vista com desconfiança pelos brasileiros e brasileiras, de maneira geral, e por muitos educadores e educadoras, educadoras e formuladores de políticas educacionais, de forma particular. (Gomes, 2006, p. 69)

A proposta curricular em termos gerais é enfatizar a cultura negra e indígena como formadora da cultura Brasileira e do povo, falar sobre os pensadores, músicas, culturas, danças e Religiões para assim apreciar e

valorizar a nossa própria base, levando a uma conscientização e assim favorecendo a criticidade de cada um.

O plano nacional de educação que contém as metas a serem cumpridas até 2024 também fomenta as relações raciais, e o currículo prescrito dá sua flexibilidade para se tratar do tema da diversidade, portanto cabe ao docente seu desempenho bem elaborado.

O projeto da UFSCAR corporeidade e identidade executado em uma escola de ensino fundamental Municipal situada em Pirassununga e localizada em uma região carente na escola a maior parte dos alunos são afro-descendentes.

Em todas as etapas do projeto eu fiz um diário onde todas observações foram escritas para que assim fossem trabalhados os conteúdos e eu pudesse ter um comparativo do antes do projeto e o depois pois, mexer com a identidade muitas vezes já construída não seria uma tarefa fácil. Nesse contexto foi um dos aspectos importantes que constatei alunos de 4º e 5º ano já tinham se colocado socialmente como um sujeito cultural e formado no âmbito de sua corporeidade e identidade.

De acordo com Silva (1995) a identidade é um conceito que abrange duas dimensões a pessoal e a social. Assim, a identidade do individuo vai sendo construída por meio das relações estabelecidas com a família, os amigos e a escola, o que vai tornando consciente de sua singularidade.

O importante no decorrer desse projeto foi o favorecimento das trocas, resgates das identidades e auxílio na formação da mesma. Pois é difícil debater essas questões em sala de aula porque mexem com valores, crenças e diferenças, portanto, a oportunidade e as condições que foi ofertada para a elaboração desse trabalho, também trouxeram a reflexão sobre a minha identidade e isso me induziu a um pensamento crítico, sobre o que a escola pode fazer para auxiliar nessa busca. Trabalhando com a ludicidade e o professor mais próximo do aluno as relações se humanizam e se estreitam trazendo mais respeito e colaboração.

No entanto olhar de Candau (2008) sobre o panorama do multiculturalismo crítico:

O multiculturalismo crítico e de resistência parte da afirmação de que o multiculturalismo tem ser situado a partir de uma agenda política de transformação, sem a qual corre o risco de se reduzir a outra forma de acomodação a ordem social vigente. Entende as

representações de raça, gênero e de classe como produto das lutas sociais (...). recusa-se a ver a cultura como não conflitiva e argumenta que a diferença deve ser afirmada...” (CANDAU, 2008,p.51)

Em contrapartida na ministração do projeto no ensino fundamental percebi como o gênero e os estereótipos também exalam seu preconceito na hora de sentar o grupo da sala os professores separam meninos de meninas, no lanche isso ocorre também, portanto esse seria o currículo oculto favorecendo um futuro preconceito por que não podemos estimular a convivência de meninos e meninas? Uma fila não pode ser mista? No dia do brinquedo meninos não podem brincar com bonecas? E o lápis cor de pele? Existe? Todas essas indagações podem ser mudadas pela postura do docente em suas práticas pedagógicas e na primeira infância tudo acontece de forma natural e assim o sujeito pode e deve ser submergido por novas práticas silenciar o multiculturalismo Brasileiro não irá mudar nenhum aspecto da identidade nacional.

“ O multiculturalismo é um dado da realidade. (...). Pode haver várias maneiras de se lidar com esse dado, uma das quais é a interculturalidade. Esta acentua a relação entre os diferentes grupos sociais e culturais” (CANDAU 2001)

A posição intercultural crítica é uma proposta onde devemos romper as barreiras do preconceito e mudar paradigmas e reconhecer em sua potencialidade as relações de poder e os conflitos existentes para a “... construção de uma sociedade democrática, plural, humana, que articule políticas de igualdade com políticas de identidade” (CANDAU, 2008, p.51) com uma atuação docente mais humana para fortalecer o respeito e a valorização de uma boa educação em sua base propiciando a equidade.

(...) o reconhecimento e a efetivação, com igualdade de direitos da população, sem restringir, com igualdades, dos direitos da população, sem restringir o acesso a eles nem estigmatizar as diferenças que conformam os diversos segmentos que a compõem. Assim, equidade é entendida como possibilidade de as diferenças serem manifestadas e respeitadas, sem discriminação; condição que favoreça o combate das práticas de subordinação ou de preconceito em relação as diferenças de gênero, políticas, étnicas, religiosas, de minorias, etc. (SPOSATI, 2002, P.5)

Os currículos tiveram uma mudança significativa, mas também existe uma grande abertura para que nada seja feito e também a falta de conhecimento pelo próprio docente ele se quer percebe preconceito em suas práticas diárias. A educação infantil é base então é nela que temos que investir as crianças são sujeitos em formação onde podemos demonstrar em nosso cotidiano o currículo que é um fator determinante para essa formação como fator criador para se produzir identidades sociais determinantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tantas lutas históricas de muitos movimentos para promoção e valorização da diversidade e das leis citadas, sabemos que para se manter um povo é necessária uma boa educação reconhecemos que nem tudo pode ser solucionado na escola, porém ocupa sua importância fundamental por que é lá onde há uma formação do sujeito.

A disciplina que traz esse debate para sala de aula da graduação como a educação e diversidade que está inserida na grade curricular do curso superior, traz um resgate histórico para novos profissionais de educação onde terão mais propriedade e conhecimento para falar sobre as relações étnicos raciais, gênero, estereótipos e problemas sociais. Muitos só se reconhecem atrás de embates onde se é colocado uma questão em debate é onde procuramos nos conhecer em decorrência das leis de cotas a inserção na universidade tornou-se uma realidade.

Com a base comum na educação e a aprovação do PNE esperamos uma análise mais intensa para com o preconceito e toda formação da identidade na criança, logo que ela sendo um sujeito de direitos ela necessita de uma atenção especial na educação infantil, pois nos preocupamos demais em remediar as situações já emergentes mas somos agentes formadores e mexemos com a subjetividade o tempo inteiro, mudar a postura pedagógica é olhar para o futuro com mais esperança formando cidadãos com mais criticidade.

REFERENCIAS

CEPESC; Brasília; Secretaria de políticas para mulheres, 2010

CANDAU, Vera Maria. MOREIRA, Flávio Moreira. *Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas*. 3.ed.-Petrópolis, RJ: Vozes,2009.

Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Disponível em: < WWW. Planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade, cultura, currículo e questão racial: desafios para prática pedagógica*. In: ABRAMOWICZ, A.; BARBOZA, M.A.; SILVÉRIO, V.R (orgs). *Educação como prática da diferença*. Campinas: Armazém do Ipê, p.21-40. (2006).

GOMES, Nilma Lino. *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafio políticas e práticas*. RBPAE- v27, n,1 p.109-121. jan/abr.2011. Disponível em: < <http://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/viewFile/19971/11602> > Acessado 15 de jul de 2016

HEILBORN, Maria Luiza, ARAÚJO, Leila ; BARRETO, Andréia (orgs). *Gestão e políticas públicas em gênero e raça/GPP-GER; Módulo 2*. Rio de Janeiro:

MUNUNGA, K. & GOMES, N.L. *O negro no Brasil de hoje*. São Paulo: Global. (2006).

Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília. Ministério da educação e do Desporto, 1997.

SPOSATI, Aldagíza. *Mapa da exclusão/ inclusão social*. Consciência, n. 36, out.2002. Disponível em: <www.comciencia.br/reportagens/framereport.htm>, Acesso em 30 ago. 2016.

SILVA, Ana Beatriz. *Bullying: mentes perigosa nas Escolas*. Rio De Janeiro: 2010

TOGNETTA, Luciene R Paulino. *Vencer o bullying escolar. É possível superar a Violência na escola*. Faculdade de Educação Unicamp, 2012.